

O CONCEITO DE RESILIÊNCIA PARENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS

*THE CONCEPT OF PARENTAL RESILIENCE
AND ITS PSYCHOSOCIAL IMPLICATIONS*

*EL CONCEPTO DE RESILIENCIA PARENTAL
Y SUS IMPLICACIONES PSICOSOCIALES*

Célia Regina Rangel Nascimento ⁽¹⁾

Maria Angela Mattar Yunes ⁽²⁾

RESUMO

Situações adversas desafiam as figuras parentais a manter práticas de cuidado com qualidade relacional que protejam e promovam o desenvolvimento integral dos filhos. Nesse cenário, emerge o fenômeno de resiliência parental. Para analisar o conceito, realizou-se uma revisão narrativa da literatura científica. Verificou-se que poucos estudos buscaram desenvolver definições e elementos conceituais para uma compreensão consistente sobre o construto. A literatura que desenvolveu o conceito evidenciou que a resiliência parental é definida pela capacidade dos pais de exercer e manter a parentalidade de qualidade diante de situações adversas. Essa capacidade está alicerçada em uma abordagem relacional e sistêmica que envolve recursos pessoais, familiares, comunitários e sociais. Destacaram-se como aspectos relevantes da resiliência parental as concepções positivas, as práticas protetivas com foco nas necessidades das crianças e o apoio social. Conhecer esses aspectos pode subsidiar a promoção da resiliência parental em propostas de intervenção clínica e comunitária, visando ao fortalecimento das famílias.

Palavras-chave: parentalidade; resiliência; resiliência parental;
revisão de literatura.

⁽¹⁾ Professora Doutora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-3175-0715> — email: celia.nascimento@ufes.br

⁽²⁾ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira (Universo), Niterói, RJ, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-4653-3895> — email: mamyunes@gmail.com

Não se declararam fontes de financiamento.

ABSTRACT

Adverse situations challenge parents to maintain care practices with relational quality that protect and promote the full development of their children. The phenomenon of parental resilience emerges in this scenario. A narrative review of the scientific literature was carried out to analyze this concept. Few studies were found to have developed definitions and conceptual elements for a consistent understanding of the construct. The primary literature on the concept showed that parental resilience is defined by the ability of parents to exercise and maintain the quality of parenting before adverse situations. This ability is grounded in a relational and systemic approach to personal, family, community, and social resources. Relevant aspects of parental resilience were identified, such as positive conceptions and protective practices focusing on the needs of children and social support. An understanding of these aspects can help to boost parental resilience in clinical and community intervention proposals, aimed at strengthening the families.

Keywords: parenting; resilience; parental resilience; literature review.

RESUMEN

Las situaciones adversas desafían a las figuras parentales a mantener prácticas de cuidado con calidad relacional que protejan y promuevan el pleno desarrollo de los niños. En este escenario, surge el fenómeno de la resiliencia parental. Se realizó una revisión narrativa de la literatura científica para analizar el concepto. Se encontró que pocos estudios han tratado de desarrollar definiciones y elementos conceptuales para una comprensión consistente del constructo. La literatura que desarrolló el concepto mostró que la resiliencia parental se define por la capacidad de los padres de ejercer y mantener una parentalidad de cualidad ante las adversidades. Esta capacidad se basa en un enfoque relacional y sistémico que incluye recursos personales, familiares, comunitarios y sociales. Se destacaron cómo aspectos relevantes de la resiliencia de los padres las concepciones positivas, las prácticas protectoras centradas en las necesidades de los niños, y el apoyo social. Conocer estos aspectos puede subvencionar la promoción de la resiliencia parental en las propuestas de intervención clínica y comunitaria dirigidas al fortalecimiento de las familias.

Palabras clave: parentalidad; resiliencia; resiliencia parental; revisión de literatura.

Introdução

A busca e negociação de recursos internos e externos que possibilitem crescimento e fortalecimento diante dos desafios da vida em família remetem ao fenômeno da resiliência familiar. Focar na resiliência do sistema familiar significa destacar seus pontos fortes e potencial de desenvolvimento, em oposição aos enfoques que enfatizam os danos ou fragilidades que emergem em situações de adversidades (Walsh, 2005, 2016). A qualidade das relações parentais e seus estilos de cuidados têm papel fundamental na dinâmica familiar e no desenvolvimento dos filhos, repercutindo no funcionamento familiar e em sua capacidade de desenvolver processos de resiliência. Nessa interação, relações afetivas precoces, pautadas por cuidados que protejam e atendam às necessidades dos filhos, são vitais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

Em contextos e situações adversas, as figuras parentais são desafiadas em sua capacidade de manter um cuidado com qualidade relacional promotora do desenvolvimento integral e do potencial dos filhos, bem como a desenvolver estratégias para superação das dificuldades. Nesse cenário, levanta-se a questão sobre os fatores que possibilitam que os pais desenvolvam práticas consistentes e de qualidade em situações desfavoráveis. Na busca por respostas para essa questão, emerge um conceito derivado de estudos sobre resiliência em famílias, nomeado *resiliência parental*.

O objetivo deste artigo é analisar elementos conceituais de resiliência parental, considerando a relevância de suas implicações psicossociais e seus efeitos na resiliência familiar e no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Com esse propósito, realizou-se uma revisão narrativa da literatura sobre o tema. De acordo com Rother (2007), os artigos de revisão narrativa têm por objetivo discutir o desenvolvimento e o estado atual de conhecimento de um determinado tema ou tópico de estudo por meio da pesquisa de fontes de informações bibliográficas e da análise qualitativa do material pesquisado. Contudo, diferentemente da revisão sistemática, a revisão narrativa é mais flexível e não exige um protocolo predefinido com a descrição dos passos metodológicos e o planejamento previsto naquela modalidade de revisão.

Para acessar a literatura sobre o tema, realizaram-se buscas nas bases de dados SciELO, CAPES e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), bem como no site de busca do Google Acadêmico, a partir do descritor “resiliência parental” e seu correspondente em inglês “parental resilience”. Os textos encontrados que de-

envolveram o conceito, excluídas dissertações e teses, foram selecionados e lidos na íntegra para compor este artigo e foram articulados com outros trabalhos que tratam do tema da resiliência e da parentalidade.

Resiliência e resiliência familiar

Para contextualizar o conceito de resiliência parental, serão abordados inicialmente aspectos relativos aos fenômenos da resiliência e da resiliência em famílias. O conceito de resiliência vem se desenvolvendo na psicologia desde a década de 1970, quando estudos longitudinais com crianças e pessoas em condições de pobreza e adversidade foram realizados por pesquisadores americanos e europeus (Brandão & Nascimento, 2019; Rutter, 1985; Walsh, 2016; Werner & Smith, 1977). Nesses estudos, foram identificadas crianças que se adaptavam positivamente às condições adversas sob as quais viviam, e teve início uma primeira onda de estudos sobre a resiliência como um construto psicológico e um fenômeno individual. Buscava-se identificar quais características dos indivíduos possibilitavam “resistir” e adaptar-se de forma positiva às circunstâncias desfavoráveis, distinguindo-se os grupos dos que se adaptavam e dos que não se adaptavam, nomeados como resilientes e não resilientes, de acordo com os critérios estabelecidos pelos investigadores (Walsh, 2005; Yunes, 2003, 2015).

Diante das controvérsias conceituais e metodológicas discutidas por grupos consolidados de pensadores, construiu-se uma segunda onda de pesquisas, que enfocou a resiliência enquanto processo, ressaltando aspectos não apenas individuais, mas relacionais, contextuais e dinâmicos de risco, proteção e resiliência (Brandão & Nascimento, 2019; Hart et al., 2016; Luthar et al., 2000; Masten, 2001). Com base no conhecimento adquirido nas fases anteriores, uma terceira onda enfatizou o desenvolvimento e a avaliação de intervenções para promoção de resiliência (Brandão & Nascimento, 2019; Hart et al., 2016). De acordo com Hart et al. (2016), essa terceira onda resultou numa compreensão mais ampla e questionadora do papel dos contextos e da cultura e contribuiu para a avaliação do que são resultados positivos que indicam resiliência em grupos culturais distintos. Atualmente, uma quarta onda de estudos sobre a natureza dinâmica e contextual da resiliência levou pesquisadores a buscar modelos de análise mais complexos e métodos mais sofisticados para preencher as lacunas deixadas por estudos das fases anteriores (Brandão & Nascimento, 2019; Hart et al., 2016; Ungar, 2018, 2021).

Apesar dos avanços dos estudos sobre resiliência, considera-se que ainda não há um consenso em relação às definições e metodologias de pesquisa e avaliação (Hart et al., 2016; Oliveira & Nakano, 2018; Yunes, 2015). Berástegui e Pittilas (2021) analisaram, contudo, que há consenso em considerar que há três dimensões do conceito de resiliência, que envolvem a presença da adversidade, recursos para lidar com seus efeitos e a adaptação positiva como resultado.

Ungar (2018, 2021) argumentou que, mesmo em áreas afins que pesquisam resiliência, há dificuldade para integrar definições e princípios para uma avaliação complexa dos processos de resiliência que atuam em sistemas inter-relacionados, como os seres humanos e os ambientes ecológicos. Com essa perspectiva, o autor buscou pontos comuns entre os princípios que definem a resiliência para diferentes sistemas e áreas de conhecimento, propondo uma síntese de sete grupos conceituais, descritos como princípios que identificam processos resilientes: (1) a resiliência ocorre em contextos de adversidade; (2) a resiliência consiste em processos e não em características estáticas; (3) o sistema de trocas na experiência da resiliência pode envolver perdas e ganhos; (4) um sistema resiliente tem abertura para acessar novas informações e interagir com outros sistemas para estabelecer relacionamentos complexos e dinâmicos; (5) um sistema resiliente promove conectividade, ampliando sua rede de relações de forma colaborativa; (6) o processo de resiliência envolve experimentação e novas aprendizagens; (7) um sistema resiliente conta com a participação de recursos diversificados para o enfrentamento de situações de crise e estresse.

O fato de que processos de resiliência ocorrem em contextos e situações adversas, ou seja, decorrem de experiências que podem causar perturbações e sofrimento, é destaque nas definições de resiliência psicológica individual, familiar e comunitária (Silva et al., 2024; Ungar, 2021). Considerada sob o escopo de processos de desenvolvimento humano, a resiliência se relaciona à capacidade de superação das situações desestabilizadoras e causadoras de estresse que resultam em transformação e adaptação, crescimento e fortalecimento dos indivíduos e grupos (Masten & Barnes, 2018; Walsh, 2016; Yunes, 2003). A respeito desse princípio, Ungar (2018) ressaltou que a resiliência envolve um padrão de adaptação, crescimento ou transformação que acontece em condições não esperadas ou não ideais, condições essas que são avaliadas como estressoras e de risco, exigindo estratégias que minimizem o impacto dessas condições.

Assim, em relação às metodologias de estudo, considera-se relevante para a compreensão dos processos de resiliência nos seres humanos a avaliação (a) da exposição ao risco, situações que aumentam a possibilidade de prejuízo ao desenvolvimento e à saúde; (b) dos fatores e processos protetivos, que minimizam

os efeitos dos riscos e favorecem seu enfrentamento, tendo efeito moderador; e (c) dos fatores e processos promotores, isto é, os que suscitam o desenvolvimento saudável em diferentes condições (Masten & Barnes, 2018; Ungar, 2019). Nos estudos sobre resiliência, diferentes termos são utilizados na referência ao risco e à proteção, entre eles fatores, mecanismos e processos. O termo fator, no caso do risco, por exemplo, parece remeter a uma compreensão mais estática de situações que podem resultar em desfecho negativo para a saúde e o desenvolvimento, enquanto mecanismos e processos remetem a um conjunto de experiências e exposições que podem levar ao desfecho negativo em função de uma situação mediadora de outros acontecimentos (Saltzman et al., 2011). Contudo, essas distinções precisam ser mais bem estudadas e descritas. Na discussão sobre resiliência familiar, Henry et al. (2015) sugeriram que a terceira onda de estudos sobre o tema tenha como foco a integração de conceitos e delimitação de terminologias, tendência também da quarta onda de estudos sobre a resiliência (Ungar, 2021).

Ampliando essa discussão, Ungar (2019) analisou que, além desses elementos, é importante identificar os resultados da resiliência, atentando para os processos que se espera que sejam influenciados pelos fatores protetivos e promotores, que podem envolver aspectos biológicos, psicológicos, sociais e contextuais. O autor destacou que todas essas dimensões, quando indicadas, aumentam a validade e a confiabilidade das pesquisas sobre o tema. Destaca-se que esses fatores e condições não devem ser predeterminados de forma generalizada, mas avaliados a partir de aspectos culturais relevantes para a população estudada. Ao considerar os resultados desenvolvimentais que indicam resiliência, Libório e Ungar (2010) enfatizaram a importância de reconhecer a diversidade cultural das vivências, bem como os recursos disponíveis que podem favorecer a resiliência em diferentes culturas e grupos sociais.

Essa avaliação sob a perspectiva sociocultural e sistêmica é de suma importância nos estudos sobre famílias. Deve-se ter o cuidado ético de não pressupor um modelo único e ideal de organização e de funcionamento familiar. É preciso considerar que o funcionamento das famílias tem bases em contextos culturais, sociais e históricos que impactam suas relações, formas e definições em cada sociedade (Walsh, 2005; Yunes, 2015).

A abordagem sistêmica considera que a família, compreendida em suas diferentes configurações, é um sistema de relações inserido num contexto mais amplo, social e cultural, que afeta o desenvolvimento de cada integrante do sistema, bem como que todos os membros contribuem para o desenvolvimento do grupo. Por ser um dos contextos de relações mais significativos dos indivíduos,

pode-se afirmar que, nesse ambiente, os recursos podem ser potencializados para o desenvolvimento da resiliência. A resiliência familiar, portanto, diz respeito ao processo pelo qual o grupo familiar se reorganiza diante de crises e situações de estresse, mantendo possibilidades de fortalecimento e crescimento do grupo e de seus membros (Walsh, 2016).

A partir de estudos clínicos e de uma perspectiva sistêmica de família, Walsh (2005, 2016) descreveu um modelo que aponta processos e dimensões-chave norteadoras de muitas reflexões acerca da resiliência familiar. Essas dimensões podem se expressar de diferentes formas, a depender das singularidades das famílias, mas são importantes indicadores de resiliência nesse contexto (Yunes, 2015) os sistemas de crenças familiares, os padrões de organização da família e os processos de comunicação intrafamiliares e extrafamiliares. Em relação às crenças, Walsh (2005) destacou os valores e convicções compartilhadas que atribuem significados às adversidades; a perspectiva positiva que favoreça a esperança e a confiança interpessoal e na possibilidade de superar as dificuldades; e o entendimento e a aceitação do que não pode ser mudado. Além disso, transcendência e espiritualidade são elementos que favorecem o propósito e sentido de vida, contribuindo para a reavaliação e transformação nas crises. Em relação aos padrões organizacionais da família, são mencionados os seguintes elementos para que a família encontre equilíbrio nas dificuldades: manter alguma estabilidade nas situações de crise, bem como ter flexibilidade e abertura para mudança; manter a conexão entre os membros, equilibrando momentos de proximidade, compromisso e autonomia dos indivíduos; buscar recursos sociais disponíveis, como apoio familiar, comunitário e institucional; e contar com recursos econômicos que possam contribuir para a superação das adversidades. Os processos de comunicação, por sua vez, pressupõem comunicação compreensível e transparente sobre as situações de crise que envolvem a família e sobre outros aspectos do seu funcionamento, abertura para a expressão emocional de seus membros e resolução cooperativa dos problemas.

Estudos embasados nesse modelo demonstraram que o funcionamento familiar e as características da família têm implicações diretas para a resiliência parental (Cousineau et al., 2019; Gavidia-Payne et al., 2015; Semensato & Bosa, 2017). Assim, pode-se considerar que os processos chave da resiliência familiar, acima mencionados, afetam práticas e concepções favoráveis a uma parentalidade competente diante de dificuldades e são, portanto, associados à resiliência no sub-sistema parental. Ao focalizar o papel das figuras parentais na resiliência familiar, Walsh (2005) considerou que os pais “são os arquitetos da família, estabelecendo as bases para uma vida familiar saudável nos arranjos estruturais, papéis e regras

que constroem” (p. 88). Nessa função, espera-se que os responsáveis parentais sejam os líderes e orientadores que encorajam os filhos no manejo das dificuldades e desafios da vida. Dessa forma, pode-se ponderar que a resiliência parental é um dos elementos balizadores da resiliência familiar.

O conceito de resiliência parental e suas singularidades

O conceito de resiliência parental ainda é novo e pouco explorado, não apenas no Brasil, mas também na literatura internacional. Poucos estudos foram identificados dentro da temática. Além dos trabalhos dos autores que serão apresentados a seguir com mais detalhes, foram encontrados outros estudos que investigaram a associação entre parentalidade e resiliência, com o uso dos termos *parentalidade resiliente*, *resiliência na parentalidade*, *resiliência nos pais*, *resiliência no cuidado parental* e *resiliência parental* (Cousineau et al., 2019; Easterbrooks et al., 2011; Ellingsen et al., 2014; Gmuca et al., 2019; Semensato & Bosa, 2017; Sim et al., 2019; Widyawati et al., 2023). Esses trabalhos, no entanto, não tiveram por objetivo apresentar definições, características e elementos conceituais para uma compreensão mais detalhada e consistente sobre o construto resiliência parental. Na literatura analisada, a discussão das dimensões da resiliência parental e suas especificidades conceituais, que a diferenciam da resiliência familiar, foi apresentada pelos seguintes pesquisadores: María José Rodrigo (2009, 2011), pesquisadora da área de Psicologia na Universidade de La Laguna, na Espanha, precursora dessa expressão (Yunes, 2015); Gavidia-Payne et al. (2015), profissionais de psicologia e pesquisadores australianos da Universidade RMIT; e Jorge Barudy e Maryorie Dantagnan (2010), profissionais chilenos da área de saúde mental. Os autores ressaltaram a necessidade de um maior número de pesquisas para ampliar o entendimento do construto. A descrição dos referidos autores acerca do conceito de resiliência parental focaliza, especificamente, duas questões: a unidade parental da família, em quaisquer arranjos, e as dimensões do cuidado e dos processos educativos exercidos pelas figuras parentais em contextos e situações adversas.

Para Rodrigo (2009), a resiliência parental é definida como um “processo dinâmico que permite aos pais desenvolverem uma relação protetora e sensível diante das necessidades dos filhos, apesar de viverem em um entorno que potencializa comportamentos de maus tratos” (p. 52). A autora considera que contribuem para a resiliência parental os seguintes fatores: concepções e condutas dos pais/cuidadores que orientam o relacionamento parental-filial;

a percepção de seu papel parental junto aos filhos; e o equilíbrio entre risco e suporte social disponível.

Por sua vez, Gavidia-Payne et al. (2015) definiram o construto como sendo a capacidade das figuras parentais de “fornecer uma educação competente e de qualidade às crianças, apesar das circunstâncias pessoais, familiares e sociais adversas” (p. 113). Os autores propuseram um modelo de estudo amplo da resiliência parental, que envolve a identificação de fatores individuais, familiares e sociais. Dentre os fatores individuais, estão os indicadores de bem-estar, saúde mental e autoeficácia das figuras parentais. Os fatores familiares se expressam no cotidiano das relações entre os membros da família, incluindo a rotina, suas crenças e, ainda, estratégias para lidar com situações adversas. Como fatores sociais, os autores apontaram a conexão social, que envolve a disponibilidade e o acesso dos pais a apoio social que favoreça a prática parental.

Numa obra que apresenta um guia para a avaliação da competência e da resiliência parental, Barudy e Dantagnan (2010) também buscaram compreender os processos implicados na resiliência parental. Os autores afirmaram que:

a resiliência é possível quando se dá um conjunto de processos mentais e sociais que possibilitam, a qualquer pessoa, ter uma vida saudável e construtiva, apesar dos eventos traumáticos do passado e das adversidades do presente. Quando se aplica aos pais e mães, se concretiza em uma prática parental saudável e competente. (p. 247)

Barudy e Dantagnan (2010) descreveram, portanto, que a resiliência parental “corresponde à capacidade de manter um processo de bom trato das crianças, independentemente das condições de vida difíceis” (p. 260). Consideraram ainda que as fontes da resiliência parental advêm da articulação entre diferentes recursos: (a) recursos ambientais macrosistêmicos disponíveis no entorno cultural e social; (b) recursos microsistêmicos, do funcionamento do próprio sistema familiar; e (c) recursos pessoais e da história de vida das figuras parentais. Além desses recursos bioecológicos, os autores defenderam que o desenvolvimento de um apego seguro na história de vida dos pais, com a família de origem ou com outros adultos de sua convivência, pode favorecer processos de resiliência e a internalização de atributos positivos que participam das expressões de resiliência parental.

O conceito de resiliência parental se apresenta na presença de estressores que levam a família a fazer reajustes em seu funcionamento, situação que afé-

ta também os pais, especialmente quando as situações estressoras são graves e crônicas (Rodrigo, 2009). O investimento das figuras parentais para lidar com as dificuldades pode resultar num menor investimento nas tarefas educativas e de cuidados. Essa situação pode levar cuidadores primários a tomarem decisões imediatistas que põem em risco ou prejudicam a criança. A literatura aponta algumas condições que impactam as famílias e o exercício da parentalidade: a presença de doença na criança ou dentre seus membros (Bolaséll et al., 2019; Cousineau et al., 2019); a deficiência mental e o transtorno mental da criança (Semensato & Bosa, 2017; Widyawati et al., 2023); a violência doméstica e conjugal (Bolze et al., 2019; Justino & Nascimento, 2020); condições de vulnerabilidade social que podem resultar em privações e dificuldades de acesso a recurso materiais e de apoio social, causando estresse e impactando o bem-estar da família e de seus membros (Silva et al., 2021; Yunes & Szymanski, 2007). Nesses cenários complexos, considera-se que os cuidadores principais que permanecem sensíveis às necessidades das crianças e desenvolvem cuidado protetor e promotor do desenvolvimento saudável são figuras parentais que apresentam resiliência parental. Gavidia-Payne et al. (2015) e Barudy e Dantagnan (2010) denominaram a parentalidade competente ou de qualidade exercida nessas condições como parentalidade resiliente, termo também utilizado por outros pesquisadores que buscaram avaliar práticas parentais e resiliência (Ellingsen et al., 2014).

Considerando a avaliação do construto, Gavidia-Payne et al. (2015) alegaram que a resiliência das figuras parentais tem sido avaliada, muitas vezes, a partir de práticas parentais associadas a desfechos positivos no desenvolvimento dos filhos, e é considerada principalmente como variável independente ou mediadora na avaliação do bem-estar infantil. Os autores chamaram a atenção para a importância de investigações que busquem compreender os processos implicados na resiliência parental, com foco nos fatores pessoais e sociais que favorecem que os pais se envolvam em práticas parentais de qualidade em situações adversas. Destacaram que a resiliência parental põe em evidência os recursos dos próprios pais e salienta seus pontos fortes, suas habilidades e conhecimentos para o exercício da parentalidade de qualidade. Barudy e Dantagnan (2010) reforçam essa compreensão ao focalizarem a resiliência parental “como um conjunto de capacidades dinâmicas e interativas apresentadas por mães e pais” (p. 248).

É importante acrescentar que, embora a resiliência parental esteja definida pelos autores focalizando pais e mães, as figuras parentais podem ser representadas por adultos cuidadores com ou sem vínculos consanguíneos, em diferentes contextos, uma vez que assumem o papel de proteger, educar e socializar as crianças e os adolescentes sob sua responsabilidade, em condição provisória ou

permanente. Esse exercício é o que Barudy e Dantagnan (2010) consideraram como uma parentalidade social, aquela que destaca o vínculo afetivo e a capacidade para o cuidado em vez do vínculo biológico. Dessa forma, o uso dos termos pai e mãe, aqui utilizados, devem ser compreendidos numa extensão mais ampla, abarcando também outros personagens que desempenham tais papéis ao longo do desenvolvimento da criança.

Fatores relevantes para a resiliência parental

A resiliência parental envolve recursos das figuras parentais para o exercício da parentalidade de qualidade ou resiliente em condições adversas. Contudo, assim como a resiliência familiar, a resiliência parental tem caráter processual, sistêmico e relacional (Yunes, 2015), e se expressa no contexto das interações e do desempenho das atividades cotidianas da família (Gavidia-Payne et al., 2015). Os recursos relevantes para a resiliência parental são, portanto, obtidos na relação com os contextos nos quais as figuras parentais estão inseridas, tanto ao longo de seu próprio desenvolvimento como no decorrer do desenvolvimento da família.

Os autores que discutiram a resiliência parental aqui apresentados partem de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Contudo, apresenta-se uma análise de aspectos comuns que são enfatizados como fatores que favorecem a resiliência parental. Dois fatores foram destacados como tal: as concepções e práticas sensíveis às necessidades dos filhos e o apoio social disponível e acessado pelas figuras parentais.

Concepções e práticas sensíveis às necessidades dos filhos

Dentre os aspectos-chave para a resiliência parental, destacam-se dimensões específicas do exercício parental necessárias à qualidade das interações com os filhos. Para garantir a parentalidade de qualidade, as concepções e práticas dos cuidadores devem ser alinhadas ao reconhecimento da importância de seu papel junto aos filhos. Levar em conta as necessidades das crianças e suas potencialidades, por meio de um repertório de condutas empáticas com os filhos, colabora para o exercício da parentalidade de qualidade, mesmo em situações desfavoráveis (Rodrigo, 2009; Yunes, 2015). A parentalidade de qualidade é identificada por Gavidia-Payne et al. (2015) em práticas de cuidado que envolvem, além de aten-

ção e respostas positivas dos pais, equilíbrio entre afeto e disciplina, bem como preparo da criança para tolerar frustrações.

Corroborando essas ideias, Barudy e Dantagnan (2010) alegaram que pais competentes e resilientes podem ser descritos como os que atendem aos requisitos de priorizar estar presentes para seus filhos; exercer cuidados e práticas educativas com afetividade, autoridade e flexibilidade; e ter capacidade para enfrentar problemas e para se comunicar e participar de redes sociais de apoio. Os autores consideraram ainda duas capacidades parentais básicas envolvidas nos bons tratos com os filhos: a capacidade de apego e a empatia. O apego diz respeito à vinculação afetiva parental que favorece que os pais ofereçam respostas emocionais e comportamentais sensíveis às necessidades de cuidado e proteção dos filhos. A empatia se refere à capacidade de ter atenção e reconhecer as emoções e vivências internas das crianças sob seus cuidados e responder de forma compreensiva e adequada.

Rodrigo (2009, 2011, s.d.), por sua vez, avaliou que as características de uma parentalidade resiliente envolvem o reconhecimento pelos pais de seu papel central junto aos filhos e concepções centradas na criança e em suas necessidades emocionais e afetivas (empatia e perspectivismo). A autora ressaltou que reconhecer que aquilo que acontece na família afeta a criança é fundamental para uma parentalidade consciente e positiva. Além disso, outros elementos são elencados: reciprocidade nas interações com os filhos (confiança e comunicação); atitude crítica e reflexiva sobre sua prática educacional; potencial para avaliação e seleção dos desafios possíveis de serem enfrentados; percepções sobre suas capacidades de influenciar ou conduzir as mudanças familiares. Tais características foram identificadas em estudos com famílias espanholas em situação de risco psicossocial. As mães resilientes demonstraram concepções que levavam em conta as necessidades das crianças e interagem com mais empatia e reciprocidade na relação com os filhos, enquanto mães com perfil abusivo tendiam a considerar mais suas próprias necessidades e interagem de forma mais coercitiva ou negligente com seus filhos (Rodrigo, 2009, 2011).

Os fatores relevantes para a resiliência parental aqui analisados remetem à descrição da parentalidade positiva, que abarca as mesmas disposições descritas pelos autores citados nessa revisão. A parentalidade positiva quando exercida por cuidadores em situações adversas também é descrita como uma parentalidade resiliente (Ellingsen et al., 2014) e, por consequência, fortalece aspectos essenciais da resiliência parental.

De acordo com Martín Quintana e Rodrigo (2013) a parentalidade positiva emerge como um conceito da Recomendación Rec (Council of Europe,

2006), que orienta, desde então, as políticas europeias de apoio às famílias e ao exercício positivo da parentalidade. Com base no documento, Rodrigo, Máiquez Chavez et al. (2015) definiram que:

Parentalidade positiva é aquela que promove laços afetivos saudáveis, protetores e estáveis, proporcionando um ambiente educacional estruturado em rotinas e hábitos, por meio dos quais se transmite, de forma flexível, valores e regras; que fornece estimulação, suporte e oportunidades de aprendizagem; que é baseada no reconhecimento das conquistas e capacidades de filhos e filhas e em seu acompanhamento na vida cotidiana, em um ambiente livre de violência física, verbal e emocional. (p. 12)

Rodrigo, Máiquez Chavez et al. (2015) também detalharam conceitualmente o construto da parentalidade positiva, descrevendo suas características e seus impactos no desenvolvimento das crianças, considerando seis aspectos: (1) *Demonstração de afeto e sentimentos* como amor, alegria e aceitação, requisitos que atendem à necessidade dos filhos de vinculação e proteção e que contribuem para o desenvolvimento de segurança e pertencimento; (2) *Estruturação do ambiente*, envolvendo o estabelecimento de hábitos e rotina, funcionamento familiar que atende à necessidade das crianças de ter limites e supervisão, que deve ser moderado em função de sua maturidade e é relevante para o desenvolvimento das regras e valores; (3) *Estimulação*, que envolve proporcionar apoio e orientação para a aprendizagem nos diferentes contextos, requisito que atende à necessidade de participação da criança nas atividades familiares e de outros ambientes, promovendo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social; (4) *Reconhecimento*, que se refere à demonstração de interesse e consideração pela criança, o que atende a sua necessidade de ser valorizada e promove o desenvolvimento do autoconceito, da autoestima e do respeito ao outro; (5) *Capacitação*, que tem relação com a capacidade dos pais de se modificar ao longo do desenvolvimento da criança, ajustando sua relação com ela, de modo a promover o potencial da criança para a autonomia e a autorregulação; (6) *Não violência*, que envolve o estabelecimento de relações sem qualquer tipo de violência com os filhos, preservando seus direitos e sua dignidade, o que contribui para o desenvolvimento de relações saudáveis e do respeito próprio.

A parentalidade positiva é compreendida como um conjunto de práticas que diminuem problemas comportamentais e emocionais nas crianças; previnem maus-tratos e abuso na relação com os filhos; e contribuem no manejo de situa-

ções de estresse e adversidades e favorecem os processos de resiliência dos filhos (Ellingsen et al., 2014; Özyurt et al., 2018; Seay et al., 2014). Destaca-se, contudo, que a parentalidade não ocorre de forma isolada e descontextualizada do ambiente social e cultural na qual está inserida (Rodrigo, Amorós Martí et al., 2015). A presença de muitos fatores de risco e pouco apoio é uma condição que pode dificultar a prática parental de qualidade. Esse desequilíbrio pode desviar o foco da atenção dos cuidadores para a resolução de problemas imediatos e diminuir sua sensibilidade e sua reflexão sobre os processos mais efetivos de cuidado parental (Rodrigo, s.d.). Assim, especialmente quando as condições de vida trazem desafios que concorrem com o cuidado e a proteção no ambiente familiar, ressalta-se a importância da presença de parcerias e apoio, além de ações que favoreçam processos de aprendizagem e reflexão sobre as práticas parentais (Rodrigo et al., 2010; Rodrigo et al., 2009). Nessa perspectiva, o apoio social é evidenciado como um fator relevante para a resiliência parental.

Apoio social

Sluzki (2006) apontou que a rede social significativa de uma pessoa não se limita ao núcleo familiar, e pode incluir vínculos interpessoais de seus diferentes contextos de interação. O conhecimento dessa rede é importante para uma perspectiva interventiva junto à pessoa, por repercutir tanto no seu adoecimento como no seu bem-estar e nas suas possibilidades de transformação. No caso de pais e mães, a rede social, quando funciona como apoio, pode contribuir para a garantia dos cuidados em momentos de dificuldade. Assim, ao se considerar a promoção da resiliência parental, a rede de apoio social assume relevância (Rodrigo, 2009).

Todos os autores apresentados como centrais nesta revisão consideram que o apoio social é um importante fator para a resiliência parental (Barudy & Dantagnan, 2010; Gavidia-Payne et al., 2015; Rodrigo, 2009). O apoio ou suporte social não tem uma definição ou formas de avaliação que sejam consenso entre pesquisadores, mas pode-se dizer, de forma geral, que o apoio social é um construto multidimensional, que pode envolver a assistência material, informação, proteção e acolhimento afetivo oferecidos por pessoas, grupos e instituições, que são percebidos de forma significativa pela pessoa que os recebe (Gonçalves et al., 2011; Macedo et al., 2018; Ornelas, 1994).

Conforme já demonstrado, o caráter relacional da resiliência tem sido destacado por diferentes pesquisadores que associam essas relações e víncu-

los significativos às redes de apoio social disponíveis para indivíduos e grupos (Juliano & Yunes, 2014; Walsh, 2016). Essa compreensão tem respaldo também dentre os princípios sugeridos por Ungar (2018, 2021), que considera a conectividade e a abertura para acessar novas informações e interagir com outros sistemas como aspectos que identificam os sistemas resilientes. Walsh (2016) destacou que influências positivas nas redes de relações socioafetivas podem compensar ou minimizar o impacto das condições de vida adversas e favorecer a resiliência familiar. Considera-se, portanto, que o apoio social é um importante recurso para o funcionamento familiar e para a parentalidade de qualidade, ao diminuir o efeito de condições de risco e potencializar a resiliência familiar e parental (Barudy & Dantagnan, 2010; Gavidia-Payne et al., 2015; Seibel et al., 2017). Ao propor um modelo para o estudo dos processos que compõem a resiliência parental, Gavidia-Payne et al. (2015) consideraram a conexão social como um dos aspectos fundamentais a ser avaliado.

O apoio informal de pessoas próximas, como familiares, amigos e comunidade, e o apoio formal, de instituições e profissionais, foram analisados por Rodrigo (2009, 2011), com vistas a compreender os fatores implicados na resiliência parental de famílias que enfrentavam diferentes processos de risco psicossocial. Identificou-se que as mães resilientes tinham uma rede de apoio social na qual se destacava o apoio informal, ou seja, advindo de pessoas próximas e da comunidade. Por outro lado, para as famílias que vivenciavam situações de maior risco psicossocial, com potencial de causar prejuízos ao desenvolvimento dos filhos, foi constatado que o apoio dentro da própria família ou entre pessoas mais próximas era menor. Nesses casos, as famílias contavam mais com o apoio formal, oferecido por instituições e profissionais especializados. A autora identificou ainda que, para as mães consideradas resilientes, havia maior equilíbrio entre os fatores de risco e proteção, o que favoreceu uma avaliação mais positiva e construtiva de suas dificuldades e uma disposição para um cuidado de maior qualidade. Rodrigo (2009) ressaltou que, para promover a resiliência parental das famílias em situações de adversidade, é fundamental buscar o equilíbrio entre risco e apoios disponíveis, o que também é verificado em outros estudos.

Sim et al. (2019) identificaram que as mães sírias refugiadas e expostas a traumas de guerra que percebiam maior suporte social apresentavam índices maiores de resiliência psicológica e de parentalidade resiliente, independentemente do nível educacional e da quantidade de filhos. No estudo de Widyawati et al. (2023) com mães de crianças indonésias com déficits de desenvolvimento, o apoio de familiares e cônjuges foi analisado como fator protetivo

relevante, contribuindo para a redução do estresse e para o enfrentamento de dificuldades, favorecendo a resiliência parental.

Um aspecto importante a ser ressaltado acerca das expressões de resiliência familiar e parental é que, além de ser evidente que o apoio às famílias que vivenciam condições adversas é elemento de proteção, é importante haver, por parte das famílias, a abertura e disposição ativa para buscar e receber o suporte (Gavidia-Payne et al., 2015; Walsh, 2016). Rodrigo (2009) apontou ainda a importância do investimento no fortalecimento da rede de apoio informal da família, para que esta não fique numa condição de dependência dos profissionais e para que se sinta protagonista e capaz na resolução de suas dificuldades. A confiança dos pais em suas próprias habilidades e competências é também avaliada como um aspecto relevante da resiliência parental (Gavidia-Payne et al., 2015; Rodrigo, 2009). A partir dos apoios recebidos, as figuras parentais são fortalecidas e é estimulada a percepção de que são capazes de promover mudanças para enfrentar de forma mais eficiente suas dificuldades, o que favorece a postura resiliente (Rodrigo, 2009), na qual o senso de autoeficácia e a criatividade podem fazer diferença.

Considerações finais

O conceito de resiliência parental contribui para a compreensão dos processos de resiliência da unidade parental na família que vivencia condições e contextos que põem em risco as práticas de cuidado e proteção dos pais para com os filhos. Considera-se que, em situações adversas, a parentalidade de qualidade e os bons-tratos com os filhos, envolvendo cuidado, afeto e proteção, são expressões da resiliência parental. Por sua vez, esta envolve recursos pessoais, familiares, comunitários e sociais das figuras parentais. Como ressaltado na discussão sobre a parentalidade positiva, as práticas protetoras e as concepções que consideram as necessidades das crianças são aspectos relevantes para estilos e práticas parentais de qualidade, presentes no processo de resiliência parental. Acrescenta-se que, em condições adversas, a disponibilidade de uma rede de apoio social e o acesso a ela se destacam como recursos essenciais para o exercício da parentalidade, pois possibilitam o equilíbrio entre risco e proteção, contribuindo para fortalecer a confiança parental nas suas próprias competências, condições necessárias para a parentalidade resiliente.

Destaca-se que o presente texto não teve como pretensão esgotar as discussões da escassa literatura sobre o tema da resiliência parental. O propósito do ma-

terial apresentado almejou analisar o conceito e suas vicissitudes. Todavia, deve-se considerar que um dos limites deste estudo foi não ter detalhado trabalhos empíricos que articulam a parentalidade e a resiliência, o que poderia elucidar como a resiliência parental se expressa no cotidiano. Contudo, considerando que poucos estudos têm buscado desenvolver o conceito como construto específico, com distinções explícitas em relação à resiliência psicológica dos pais ou à resiliência familiar, pode-se dizer que as ideias aqui elaboradas contribuem para a análise das complexidades do conceito de resiliência parental. Ademais, este trabalho amplia a discussão e o conhecimento de aspectos que envolvem resiliência e parentalidade em condições adversas. Acrescenta-se que conhecer processos implicados nas práticas protetivas de cuidado parental em condições desafiadoras pode subsidiar propostas de intervenção clínica e comunitária, visando ao fortalecimento dos pais e das famílias.

É importante acrescentar que, ao se buscar compreender os aspectos implicados na resiliência parental, os autores citados não tiveram como meta propor modelos ideais ou “receitas” para os cuidadores ou para profissionais que trabalham ou intervêm com as famílias. O espaço familiar é um contexto complexo, em que “a família vivida é muitas vezes totalmente diferente da pensada” (Yunes et al., 2001, p. 53). A idealização da família (seja pela própria pessoa ou pela sociedade) não comporta os conflitos, oscilações, contradições e dores que também são vivenciados nesse contexto, no qual adultos cuidadores se desenvolvem e buscam promover o desenvolvimento de seus filhos. Tratar da parentalidade em contextos desfavoráveis é ainda mais desafiador e pode soar ideológico sem uma perspectiva ecológica e sistêmica, que compreenda a família e a unidade parental num contexto relacional e em sua inserção sociocultural.

O foco em uma abordagem positiva é aquele que identifica e promove as capacidades e pontos fortes das figuras parentais para lidar com os desafios e dificuldades, sem deixar de priorizar e atender à função de cuidado e proteção junto aos filhos. Essa perspectiva contribui para o desenvolvimento de políticas e ações de promoção e cuidado das famílias em condições que as fragilizam. Acrescenta-se que o enfoque na resiliência põe em evidência também a necessidade de ações no sentido de diminuir, quando possível, as adversidades pelas quais passam as famílias. Hart et al. (2016) chamaram a atenção para a importância de que os estudos em resiliência estejam implicados na compreensão e promoção das mudanças dos fatores adversos que fragilizam os indivíduos e grupos quando ocorrem em função das injustiças sociais. Barudy e Dantagnan (2010) afirmaram que bons cuidados são resultado também de recursos econômicos e serviços que a sociedade tem disponíveis para dar suporte às famílias. Nesse sentido, Rodrigo, Máiquez

Chavez et al. (2015) apontaram que criar condições para a parentalidade positiva também envolve eliminar os obstáculos que dificultam a vivência das famílias.

Assim, é urgente investir em pesquisas científicas que investiguem as relações parentais e familiares sob o escopo de resiliência em diferentes contextos e condições de vida social e cultural. A produção de conhecimento nessa temática é essencial para a geração de programas e ações de intervenção psicoeducacional positiva para apoiar cuidadores e responsáveis por famílias com crianças e adolescentes em diferentes situações de vulnerabilidade socioambiental.

Referências

- Barudy, J.; Dantagnan, M. (2010). *Los desafíos invisibles de ser madre o padre: Manual de evaluación de las competencias y la resiliencia parental*. Gedisa. <https://dokumen.pub/los-desafios-invisibles-de-ser-manual-de-evaluacion-de-las-competencias-y-la-resiliencia-parental-1nbsped-9788497844130.html>
- Berástegui, A.; Pitillas, C. (2021). What does it take for early relationships to remain secure in the face of adversity?. In: M. Ungar (Ed.), *Multisystemic resilience: Adaptation and transformation in contexts of change*, p. 271-290. Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190095888.003.0016>
- Bolaséll, L. T.; Silva, C. S.; Wendling, M. I. (2019). Resiliência familiar no tratamento de doenças crônicas em um hospital pediátrico: Relato de três casos. *Pensando Famílias*, 23(2), 134-146. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200011
- Bolze, S. D. A.; Schmidt, B.; Bossardi, C. N.; Gomes, L. B.; Bigras, M.; Vieira, M. L.; Crepaldi, M. A. (2019). Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras. *Ciencias Psicológicas*, 13(1), 67-81. <https://doi.org/10.22235/cp.v13i1.1810>
- Brandão, J. M.; Nascimento, E. (2019). Resiliência psicológica: Da primeira fase às abordagens baseadas em trajetória. *Memorandum: Memória e História em Psicologia*, 36. <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2019.6875>
- Council of Europe (2006). *Recomendación Rec (2006)19 del Comité de Ministros a los Estados Miembros sobre políticas de apoyo a la parentalidad positiva*. <https://www.caib.es/sacmicrofront/archivopub.do?ctrl=MCRST263ZI121295&cid=121295>
- Cousineau, T. M.; Hobbs, L. M.; Arthur, K. C. (2019). The role of compassion and mindfulness in building parental resilience when caring for children with chronic conditions: A conceptual model. *Frontiers in Psychology*, 10, 1602. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01602>

- Easterbrooks, M. A.; Chaudhuri, J. H.; Bartlett, J. D.; Copeman, A. (2011). Resilience in parenting among young mothers: Family and ecological risks and opportunities. *Children and Youth Services Review*, 33(1), 42-50. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.08.010>
- Ellingsen, R.; Baker, B. L.; Blacher, J.; Crnic, K. (2014). Resilient parenting of children at developmental risk across middle childhood. *Research in Developmental Disabilities*, 35(6), 1364-1374. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2014.03.016>
- Gavidia-Payne, S.; Denny, B.; Davis, K.; Francis, A.; Jackson, M. (2015). Parental resilience: A neglected construct in resilience research. *Clinical Psychologist*, 19(3), 111-121. <https://doi.org/10.1111/cp.12053>
- Gmuca, S.; Xiao, R.; Urquhart, A.; Weiss, P. F.; Gillham, J. E.; Ginsburg, K. R.; Sherry, D. D.; Gerber, J. S. (2019). The role of patient and parental resilience in adolescents with chronic musculoskeletal pain. *The Journal of Pediatrics*, 210, 118-126.e2. <https://doi.org/10.1016/j.jpeds.2019.03.006>
- Gonçalves, T. R.; Pawlowski, J.; Bandeira, D. R.; Piccinini, C. A. (2011). Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: Aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1755-1769. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000300012>
- Hart, A.; Gagnon, E.; Eryigit-Madzwamuse, S.; Cameron, J.; Aranda, K.; Rathbone, A.; Heaver, B. (2016). Uniting resilience research and practice with an inequalities approach. *Sage Open*, 6(4). <https://doi.org/10.1177/2158244016682477>
- Henry, C. S.; Morris, A. S.; Harrist, A. W. (2015). Family resilience: Moving into the third wave. *Family Relations*, 64(1), 22-43. <https://doi.org/10.1111/fare.12106>
- Juliano, M. C. C.; Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 135-154. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>
- Justino, Y. A. C.; Nascimento, C. R. R. (2020). Relação entre pai e filho adolescente em famílias que vivenciaram a violência conjugal. *Revista da SPAGESP*, 21(1), 92-109. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100008
- Libório, R. M. C.; Ungar, M. (2010). Resiliência oculta: A construção social do conceito e suas implicações para práticas profissionais junto a adolescentes em situação de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 476-484. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300008>
- Luthar, S. S.; Cicchetti, D.; Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Development*, 71(3), 543-562. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00164>
- Macedo, J. P.; Dimenstein, M.; Sousa, H. R.; Costa, A. P. A.; Silva, B. Í. B. M. (2018). A produção científica brasileira sobre apoio social: Tendências e invisibilidades. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 258-278. <https://doi.org/10.36298/gerais2019110206>

- Martín Quintana, J. C.; Rodrigo, M. J. (2013). La promoción de la parentalidad positiva. *Educação, Ciência e Cultura*, 18(1), 77-88. <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/1090>
- Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience process in development. *American Psychologist*, 56(3), 227-238. <https://doi.org/10.1037/0003-066x.56.3.227>
- Masten, A. S.; Barnes, A. J. (2018). Resilience in children: Developmental perspectives. *Children*, 5(7), 98. <https://doi.org/10.3390/children5070098>
- Oliveira, K. S.; Nakano, T. C. (2018). Avaliação da resiliência em psicologia: Revisão do cenário científico brasileiro. *Psicologia em Pesquisa*, 12(1), 73-83. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472018000100009
- Ornelas, J. (1994). Suporte social: Origens, conceitos e áreas de investigação. *Análise Psicológica*, 12, 333-339. <https://hdl.handle.net/10400.12/3103>
- Özyurt, G.; Dinsever, Ç.; Çaliskan, Z.; Evgin, D. (2018). Can positive parenting program (Triple P) be useful to prevent child maltreatment? *Indian Journal of Psychiatry*, 60(3), 286-291. https://doi.org/10.4103/psychiatry.IndianJPsychiatry_92_17
- Rodrigo, M. J. (2009). Una mirada integradora de la resiliencia parental: Desde el contexto hasta la mente de las madres y los padres en riesgo psicosocial. *Psicologia da Educação*, (28), 51-71. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100004
- Rodrigo, M. J. (2011). La resiliencia parental en situaciones de riesgo psicosocial: Implicaciones para la práctica profesional. In: A. T. Almeida & N. Fernandes (Eds.), *Intervenção com crianças, jovens e famílias: Estudos e práticas*. Almedina.
- Rodrigo, M. J. (s.d.). *Educación parental para promover la competencia y resiliencia en las familias en riesgo psicosocial*. <https://www.corplascondes.cl/descargas/educacion/youth-planet/Bibliografia/02.pdf>
- Rodrigo, M. J.; Amorós Martí, P.; Arranz Freijo, E.; Hidalgo Garcia, M. V.; Máiquez Chavez, M. L.; Martín Quintana, J. C.; Martínez González, R. A.; Ochaita Alderete, E. (2015). *Guía de buenas prácticas en parentalidad positiva: Un recurso para apoyar la práctica profesional con familias*. Federación Española de Municipios y Provincias. https://familiasenpositivo.org/system/files/guia_de_buenas_practicas_2015.pdf
- Rodrigo, M. J.; Máiquez Chavez, M. L.; Martín Quintana, J. C. (2010). *Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias: Orientaciones para favorecer el ejercicio de las responsabilidades parentales desde las corporaciones locales*. Federación Española de Municipios y Provincias. https://observatoriodelainfancia.es/oia/esp/documentos_ficha.aspx?id=2938
- Rodrigo, M. J.; Máiquez Chavez, M. L.; Martín Quintana, J. C.; Rodríguez Ruiz, B. (2015). La parentalidad positiva desde la prevención y la promoción. In: M. J. Rodrigo, M. L. Máiquez Chavez, J. C. Martín Quintana, S. Byrne & B. Rodríguez Ruiz (Coords.), *Manual práctico de parentalidad positiva*, p. 25-44. Síntesis. <https://www.sintesis.com/libro/manual-practico-de-parentalidad-positiva>

- Rodrigo, M. J.; Martín Quintana, J. C.; Cabrera Casimiro, E.; Máiquez Chavez, M. L. (2009). Las competencias parentales en contextos de riesgo psicosocial. *Psychosocial Intervention*, 18(2), 113-120. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179814021003>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry*, 147(6), 598-611. <https://doi.org/10.1192/bjp.147.6.598>
- Saltzman, W. R.; Lester, P.; Beardslee, W. R.; Layne, C. M.; Woodward, K.; Nash, W. P. (2011). Mechanisms of risk and resilience in military families: Theoretical and empirical basis of a family-focused resilience enhancement program. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 14(3), 213-230. <https://doi.org/10.1007/s10567-011-0096-1>
- Seay, A.; Freysteinson, W. M.; McFarlane, J. (2014). Positive parenting. *Nursing Forum*, 49(3), 200-208. <https://doi.org/10.1111/nuf.12093>
- Seibel, B. L.; Falceto, O. G.; Hollist, C. S.; Springer, P. R.; Fernandes, C. L. C.; Koller, S. H. (2017). Rede de apoio social e funcionamento familiar: Estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. *Pensando Famílias*, 21(1), 120-136. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/185176>
- Semensato, M. R.; Bosa, C. A. (2017). Crenças indicativas de resiliência parental no contexto do autismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, e33416. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33416>
- Silva, A. R.; Yunes, M. A. M.; El Achkar, A. M. N. (2024). Resiliência comunitária em contextos de pandemias e epidemias: Uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, 41(1), 317-340. <https://doi.org/10.14295/remea.v41i1.15251>
- Silva, Í. C. P.; Cunha, K. C.; Ramos, E. M. L. S.; Pontes, F. A. R.; Silva, S. S. C. (2021). Family resilience and parenting stress in poor families. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 38, e190116. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e190116>
- Sim, A.; Bowes, L.; Gardner, F. (2019). The promotive effects of social support for parental resilience in a refugee context: A cross-sectional study with Syrian mothers in Lebanon. *Prevention Science*, 20(5), 674-683. <https://doi.org/10.1007/s11121-019-0983-0>
- Sluzki, C. E. (2006). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas* (3ª ed.). Casa do Psicólogo.
- Ungar, M. (2018). Systemic resilience: Principles and processes for a science of change in contexts of adversity. *Ecology & Society*, 23(4), 34. <https://doi.org/10.5751/ES-10385-230434>
- Ungar, M. (2019). Designing resilience research: Using multiple methods to investigate risk exposure, promotive and protective processes, and contextually relevant outcomes for children and youth. *Child Abuse & Neglect*, 96, 104098. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104098>

- Ungar, M. (2021). *Multisystemic resilience: Adaptation and transformation in contexts of change*. Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190095888.001.0001>
- Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar* (trad. M. F. Lopes). Roca.
- Walsh, F. (2016). Resiliência familiar. In: F. Walsh, *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade* (4ª ed.), p. 399-427. Artmed.
- Werner, E. E.; Smith, R. S. (1977). *Kauai's children come of age*. University of Hawaii Press.
- Widayawati, Y.; Scholte, R. H. J.; Kleemans, T.; Otten, R. (2023). Parental resilience and quality of life in children with developmental disabilities in Indonesia: The role of protective factors. *Journal of Developmental and Physical Disabilities*, 35(5), 743-758. <https://doi.org/10.1007/s10882-022-09878-1>
- Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: O foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8(spe), 75-84. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000300010>
- Yunes, M. A. M. (2015). Dimensões conceituais da resiliência e suas interfaces com risco e proteção. In: S. G. Murta, C. Leandro-França, K. B. Santos, & L. Polejack (Eds.). *Prevenção e promoção em saúde mental: Fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção*, p. 93-112. Sinopsys.
- Yunes, M. A. M.; Arrieche, M. R. O.; Tavares, M. F. A.; Faria, L. C. (2001). Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 11(21), 47-56. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200006>
- Yunes, M. A. M.; Szymanski, H. (2007). O estudo de uma família “que supera as adversidades da pobreza”: Caso de resiliência familiar? *Psicodebate*, 7, 119-140. <https://doi.org/10.18682/pd.v7i0.431>

Recebido em 25 de fevereiro de 2021

Aceito para publicação em 09 de fevereiro de 2024